

## ACORDO DE PESCA DO RIO CAETÉ: CONFLITOS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO NA AMAZÔNIA.

*FISHING AGREEMENTS OF CAETÉ RIVER: CONFLICTS AND PROCESSES OF CONSTRUCTION IN AMAZONIA*

*ACUERDO DE PESCA DEL RÍO CAETE: CONFLICTOS Y PROCESOS DE CONSTRUCCIÓN EN LA AMAZONIA*

TAVARES, Mayra Patrícia Corrêa

BARBOZA, Roberta Sá Leitão

OLIVEIRA, Marcelo do Vale

### RESUMO

Este trabalho gira em torno do acordo de pesca que está sendo construído no rio Caeté, situado na planície costeira bragantina, município de Bragança, Nordeste do Pará. Apresentou como objetivo compreender o processo de construção do acordo de pesca no rio Caeté, analisando os conflitos ocorridos entre os sujeitos envolvidos no processo. A abordagem utilizada é da sociologia das populações pesqueiras, centrada numa perspectiva socioambiental. Foram utilizados os métodos observação participante, árvore de problemas e entrevista semiestruturada numa perspectiva qualitativa de análise dos dados. Os conflitos dos grupos sociais locais com pescadores externos e órgãos estatais têm dificultado o controle e manutenção dos territórios. Os pescadores externos introduziram práticas de pesca consideradas "indevidas", acarretando diversos conflitos entre estes e pescadores locais, e ainda com os órgãos municipais de fiscalização. Preliminarmente, é possível inferir que as regras de manejo instituídas localmente pelos pescadores têm assentado na manutenção dos estoques pesqueiros. Após algumas restrições impostas, algumas espécies já voltaram a aparecer no rio no espaço de construção do acordo de pesca.

**Palavras-Chave:** Acordos de pesca. Conflitos. Amazônia.

### ABSTRACT

This work involves the fishing agreements that are being developing about Caeté River, which is situated in the coastal plain of Bragança city, Northeast of Pará State. This study aims to comprehend the construction process of the fishing agreements about the Caeté River, analyzing the conflicts and the subjects involved in the process. The approach used is from sociology of fishing communities focused on a socio-environmental perspective. Participant observation, Problem tree analysis and semi-structured interview were the methods used in a qualitative perspective of data analysis. The conflicts of the social local groups between the external fishermen and public agencies have been made difficulty to control and maintain the territories. The external fishermen introduced fishing practices that are considered "improper", causing diverse conflicts between external and local fishermen, and still with the Municipal Inspection Agency. At first, it is possible infer that the management rules established locally by the fishermen are effective in the maintenance of the fishing stock. After of some imposed restrictions, a few of fishing resources have already returned to show up in the region of the agreements.

**Keywords:** Fishing Agreements. Conflicts. Amazonia.

### RESUMEN

Este trabajo investigó los acuerdos pesqueros que se están construyendo en el río Caeté, situado en la area costera de Bragança, ciudad de Bragança, Nordeste de Pará. Su objetivo fue comprender el proceso de construcción de acuerdos de pesca en el río Caeté, analizando los conflictos ocurridos y los sujetos involucrados en el proceso. El enfoque utilizado es desde la sociología de las poblaciones pesqueras, centrado en una perspectiva socioambiental. Se utilizaron métodos de observación participante, árbol de problemas y entrevista semiestruturada en una perspectiva cualitativa de análisis de

datos. Los conflictos de grupos sociales locales con pescadores externos y agencias estatales han dificultado el control y mantenimiento de los territorios. Los pescadores externos introdujeron prácticas de pesca consideradas “impropias”, provocando varios conflictos entre ellos y los pescadores locales, así como con los órganos de inspección municipal. Preliminarmente, es posible inferir que las reglas de manejo establecidas localmente por los pescadores son efectivas para mantener las poblaciones de peces. Luego de que se impusieran algunas restricciones, algunos recursos pesqueros ya han reaparecido en la región de los acuerdos.

**Palabras clave:** Acuerdos de pesca. Conflictos. Amazonas.

## INTRODUÇÃO

Estudos sobre gestão de recursos pesqueiros (SILVA, 2019; RODRIGUES et al., 2021), apontam que os acordos de pesca são relevantes instrumentos de normatização dos recursos aquáticos e manutenção da organização política entre os atores sociais envolvidos no processo de construção. As normas que fazem parte do acordo regulam a pesca de acordo com o interesse da comunidade local visando a preservação dos estoques. Entretanto, essas normas nem sempre são aceitas pelos usuários do espaço o que acarreta em conflito.

A pesca intensiva nos rios amazônicos muitas vezes gera conflitos entre os pescadores por dois fatores: o primeiro tem relação com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, o segundo está relacionado aos pescadores que vem de fora e tem acesso ao recurso aquático com uso de práticas consideradas predatórias. Nesse contexto, isso demanda novas formas de gerenciamento na pesca, como por exemplo o acordo de pesca (AQUINO, 2018).

No estado do Pará, especificamente no Baixo Amazonas, existe restrição de acesso a recursos pesqueiros com a finalidade de manter a pesca sustentável. Um dos principais motivos para a restrição é a sobre pesca, pois além de ameaçar a saúde de muitos estoques pesqueiros, também contribui para ameaça a sobrevivência de muitas pessoas que dependem dos recursos para sua atividade econômica (CARDOSO. Et al, 2019). Nesse sentido, o uso condicionado do rio é visto por muitos usuários com sentimento de dominação ou de apropriação dos espaços e que pode ocasionar em conflitos, (HAESBAERT, 2004). Assim como o uso “livre” do rio também pode ocasionar conflitos entre os usuários.

Essa dinâmica social supracitada ocorrida nas águas dos rios, especificamente, na Amazônia tem despertado a necessidade de os pescadores artesanais se mobilizarem politicamente no sentido de elaborarem regras de gestão dos recursos aquáticos que possam solucionar conflitos na pesca e que garanta a sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Nesse viés, o acordo de pesca do rio Caeté localizado na planície bragantina nordeste do estado do Pará, Amazônia brasileira foi provocado pelas próprias comunidades que se encontram nas adjacências do rio. A mobilização de mais de 20 comunidades levou as Secretarias Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e de Aquicultura e Pesca (SEMAP) a pensar possível solução as queixas trazidas pelos pescadores e comunitários. Dentre as queixas, os conflitos mais denunciados pelas comunidades estão relacionados às práticas de pesca indevidas, isto é, práticas consideradas predatórias pelos pescadores locais, e a apreensão de apetrechos de pesca pelos órgãos de fiscalização ambiental, sem prévia notificação aos pescadores, a exemplo, as redes de malha miúda.

O local de pesquisa deste estudo concentra-se especialmente em quatro comunidades que estão às margens do rio Caeté, e foram selecionadas como comunidades polos, a saber: Vila do Almoço, Comunidade Nova Mocajuba, Comunidade do Chaú e Vila Arimbú. Essas comunidades se assemelham quanto a economia, vivências, saberes e manifestações culturais. Cada uma delas é habitada por mais de 98 famílias. O fator determinante para a seleção das quatro comunidades diz respeito ao contingente populacional que é maior se comparadas a outras vilas que perfilam esses polos, e é onde também se concentram as escolas, posto de saúde e outros serviços como antena de telefonia móvel. Assim, essas quatro comunidades foram configuradas em polos, conforme mostra a seguir o quadro 1.

A construção do acordo de pesca teve início no segundo semestre de 2019 e, ainda permanece em

construção. O processo de construção do acordo de pesca do rio Caeté, tem caráter interinstitucional, visto que tem apoio de órgãos federal e municipal, o processo de criação e implementação demonstra a possibilidade de construir uma gestão participativa em que as comunidades se sintam parte do processo do acordo de pesca.

Dessa feita, torna-se pertinente buscar entender a seguinte indagação: de que maneira se deram os conflitos no rio Caeté e como eles podem ser caracterizados dentro do processo de construção do acordo de pesca? A partir da questão-problema esta pesquisa objetivou compreender o processo de construção do acordo de pesca no rio Caeté, analisando os conflitos ocorridos entre os sujeitos envolvidos no processo.

O delineamento metodológico deste trabalho embasou-se na pesquisa participante, circunscrita numa abordagem qualitativa por meio de visitas as comunidades, participação nos encontros, bem como na colaboração e apoio metodológico junto aos sujeitos da pesquisa. Nela, o pesquisador “observa as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, registra todos os elementos observados, bem como as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação” (SEVERINO, 2016, p.127).

Seguindo os pressupostos da pesquisa participante, parte da investigação ocorreu durante o ano de 2020 (antes da crise sanitária-Covid-19) e continuou no ano de 2021, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde.

A pesquisa abrangeu três momentos. O primeiro momento (a minuta) da construção do acordo de pesca que foi marcado por reuniões nas comunidades, quando tivemos a oportunidade de observar e realizar alguns apontamentos. Com a participação dos pescadores, comunitários, órgãos de fiscalização ambiental municipal (SEMAP e SEMMA), federal: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) e instituição de ensino: Universidade Federal do Pará (UFPA). Pelo menos oito encontros foram realizados para que se chegasse a pontos comuns entre os próprios pescadores locais, e entre estes e os órgãos de fiscalização ambiental.

O segundo momento constituiu a sistematização dos dados coletados a partir de metodologias participativas trabalhadas conjuntamente com os pescadores no primeiro semestre de 2021. O terceiro momento culminou na análise desses dados juntamente com os pescadores e, posterior a isso, incidirá a validação dos dados para que se chegue à execução das regras do acordo de pesca. Vale ressaltar que estas duas últimas etapas ainda estão em processo de organização dos encontros e debates.

Dentre os instrumentos de coleta de dados na pesquisa participante (metodologias participativas), privilegiou-se a observação participante, a entrevista semiestruturada, a técnica árvore de problemas, os quais foram utilizados para coletar e analisar os dados da pesquisa. Conforme Gil (2010), são técnicas operacionais que servem de mediação prática para a realização da investigação.

A observação participante constituiu-se na participação real do pesquisador com a comunidade. Segundo Lakatos et al., (2003), a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas quanto aos objetivos que muitas vezes o indivíduo não tem consciência, mas que norteia sua conduta.

Optou-se pela entrevista semiestruturada, combinando “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2009, p.64-66). Dessa forma, foram entrevistados pescadores considerados com maior tempo de vivência e prática na pesca, líderes comunitários e moradores das comunidades que usam o rio para além da pesca. Os mesmos foram indagados: o que você acha do acordo de pesca do rio Caeté? A partir de quanto tempo notou-se a diminuição do peixe no rio? Quais as espécies de peixes que sumiram/ desapareceram do rio? O que você acha que causa o desaparecimento do peixe no rio Caeté?

Quanto a técnica Árvore de Problemas com o objetivo de levantar problemas e soluções das comunidades, subsidiou uma organização do pensamento coletivo, visando um planejamento futuro da pesca no rio, nessa ferramenta foram apontados os principais problemas ocorridos nas comunidades e também no rio Caeté. Essa técnica permitiu aos participantes desenhar uma árvore no papel (cartolina) apontando os

problemas, causas e consequências vividos no rio e na comunidade, e também as possíveis soluções.

Como critério de seleção dos sujeitos da pesquisa, foram selecionados 2 pescadores artesanais das comunidades com mais tempo de vivência e prática na pesca, 2 moradores e moradoras que usam o rio para além da pesca, 2 lideranças comunitárias - que se envolveram no processo em busca de soluções para os problemas que atravessam a pesca no Caeté – , agentes de fiscalização dos órgãos governamentais municipal e federal: 1 da Sec. Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), 2 da Sec. de Aquicultura e Pesca (SEMAP), 1 do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) e 1 da Universidade Federal do Pará (UFPA).

### O ACORDO DE PESCA DO RIO CAETÉ COMO FERRAMENTA DE MANEJO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS PESQUEIROS

Como mencionado na seção anterior a contrapartida para a construção do acordo de pesca partiu dos pescadores e moradores das comunidades que estão às margens do rio Caeté, a saber: Vila do Almoço, Nova Mocajuba, Arimbú e Chaú. Por uma questão de logística para os pescadores e também para o poder público municipal, especialmente a SEMAP, as comunidades foram divididas em polos, no entorno desses polos se concentram outras comunidades de menor contingente populacional e somando todas chegam a aproximadamente 25 comunidades. Todas fazem uso do rio Caeté. As comunidades ficam distantes do município de Bragança cerca de 25 quilômetros.

**Quadro 1:** Discriminação dos Polos

Comunidade Polo	Comunidade pertencente ao polo
Vila do almoço (Polo Caeté I)	Alto Alegre, Anoirá dos Gamas, Cumarú, Vila Martins, Cajueiro.
Nova Mocajuba (Polo Caeté II)	Comunidade km 23, Comunidade km 26, Vila Nova, Jutaí.
Arimbú (Polo Caeté III)	Anoirá Mirim, Terra Caída, Tauarí, Murucí.
Chaú (Polo Caeté IV)	Araúá, Comunidade km 12, Monte Alegre, Portinho, Urupiuna, Fazendinha

**Fonte:** Tavares (2020)

A partir da demanda das comunidades, a SEMAP deu início ao planejamento e organização do processo de construção do acordo de pesca visando uma gestão que buscasse solução as queixas dos pescadores e também que resolvesse as situações conflituosas entre eles e os órgãos de fiscalização ambiental municipal (a SEMMA). Haja vista na concepção dos pescadores eles estavam sendo impedidos de exercer a atividade da pesca no espaço de livre acesso que é o rio Caeté. Como bem diz o político e economista Alberto Acosta:

Necessitamos respostas políticas que possibilitem a “cultura do estar em harmonia”, e não a “civilização do viver melhor”, como esclarece o jurista equatoriano Atawallpa Oviedo Freire. Trata-se de construir uma sociedade solidária e sustentável, com instituições que assegurem a vida. O Bem Viver, repitamos, sinaliza uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo. (ACOSTA, 2016. p. 90).

Em outras palavras o autor nos afirma que não é simplesmente uma oferta de bens e serviços governamental, mas assegurar o direito de políticas públicas para o indivíduo é garantia, sobretudo, da vida, da sustentabilidade dos recursos naturais e da ética do bem-estar social. Portanto, é necessário que o Estado para além das políticas públicas crie laços de compromisso com a sociedade, de maneira que se firmem os acordos e assegure o Bem Viver de todos. Assim, o fortalecimento do acordo de pesca se deu com reuniões nas comunidades eleitas como polos, com os pescadores, líderes comunitários, agentes do poder público municipal e federal e demais membros das comunidades pertencentes ao rio Caeté.

**Figura 1:** Encontro do Acordo de Pesca no Polo Caeté III Vila do Arimbú

Fonte: Tavares (2020)

A figura 1 mostra o encontro na comunidade do Arimbú. As primeiras reuniões foi apresentado o Projeto Acordo de Pesca do Rio Caeté. Na ocasião os participantes assistiram documentários acerca de gestão compartilhada desenvolvida em outras regiões do Pará. O objetivo do primeiro encontro foi mostrar a viabilidade do manejo comunitário de recursos aquáticos que deu certo através do conhecimento compartilhado entre pescadores, comunitários, agentes públicos e instituições de ensino.

Não foi fácil atrair os pescadores para os encontros, pois muitos acreditavam que a pesca seria proibida no rio Caeté e que nenhuma prática pesqueira poderia ser desenvolvida no espaço do rio. Na tentativa de eliminar essa ideia, foi promovida a “parada de mobilização” nas comunidades com intuito de esclarecer o Projeto Acordo de Pesca batendo de porta em porta, além de tentar conseguir um número maior de partícipes nas reuniões.

O órgão a frente na organização do projeto, SEMAP, reuniu-se em cada polo para construir a “parada de mobilização”, flyer foram distribuídos nas comunidades com uma breve apresentação de como aconteceria a construção do acordo de pesca no rio Caeté. Durante a ação alguns questionamentos foram levantados, a saber: você sabe algo sobre o projeto acordo de pesca que será construindo no rio Caeté? Você sabe o que é o projeto acordo de pesca? A maioria dos investigados desconhecia do projeto. Ações de visitas as casas dos comunitários e abordagem as pessoas nas ruas foram feitas pelos agentes públicos da SEMAP, SEMMA e por discentes da UFPA.

**Figura 2:** Parada de Mobilização na Comunidade do Chaú (Polo Caeté IV)

Fonte: Menezes (2020)

A figura 2 mostra agente e discente de instituições públicas em visita a moradores na comunidade do Chaú, uma das ações de mobilização que teve como objetivo apresentar as propostas do projeto acordo de pesca. Observou-se que as reuniões após a “parada de mobilização” passaram a conter um número maior de participantes, os quais estiveram mais envolvidos na discussão, apresentando sugestões e reflexões sobre o modelo de gestão compartilhada que seria construído no rio Caeté.

Posteriormente a parada, efetivou-se a aplicação da metodologia participativa que possibilitou discussões nos grupos formados por pescadores e comunitários. Durante o desenvolvimento da técnica árvore

de problemas foram elencados diversos problemas relacionados a atividade pesqueira no rio Caeté. O quadro a seguir é uma amostra da opinião dos pescadores e comunitários quanto aos principais problemas apontados com relação a prática da pesca no rio, a origem e consequência dos problemas levantados a partir da técnica Árvore de Problemas desenvolvida conjuntamente com os participantes na comunidade Nova Mocajuba, polo Caeté II.

**Quadro 2:** Representação Técnica Árvore de problemas

Problema	Causa	Consequência
1-Zagaia <sup>1</sup>	Facilidade da pesca (fácil captura)	Descarte de pilhas; ferimento dos peixes e forasteiros na comunidade.
2- Diminuição dos peixes	Uso de malha miúda; timbó, serrado, batimento de água e uso de cacuri	Destruição do meio ambiente; impede a reprodução dos peixes e fuga dos peixes.
3-Pesca predatória	Malha miúda; batimento de água; zagaia e pesca de arrasto.	Desaparecimento dos peixes; captura de peixes pequenos.
4- Aterro do rio	Desmatamento (corte das raízes); fazendeiros (agronegócio).	Secagem do rio; morte dos peixes; limpeza dos poços para passar a rede.
5- Poluição	Lixo (descarte de garrafas pet's, vidros, sacolas plásticas, etc.,).	Diminuição da pesca; contaminação dos peixes e rio.
6- Sobrepesca	Malha miúda; serrado; pesca desenfreada de forasteiro; batimento de água; corte de tronqueiras; etc.,	Desrespeita o ciclo da espécie; prejudica a desova, diminuição do pescado.

A primeira coluna do quadro 2 mostra os principais problemas relacionados a pesca no rio Caeté narrado pelos pescadores e comunitários. Na segunda coluna foram indicadas as causas que cada problema traz e, posteriormente foram apontadas as consequências de cada um desses problemas. Após estruturado, o quadro foi exposto durante o encontro, gerando debates entre todos participantes, os quais apontaram preliminarmente algumas possíveis regras do acordo de pesca que resultou na implementação de uma placa nas comunidades com algumas técnicas de proibição na pesca (figura 3).

As decisões acordadas entre os comunitários durante as reuniões por meio do uso de metodologia participativa suscitou resultados importantes para o processo de construção do acordo de pesca. Nas comunidades as reuniões possibilitaram pactos com inclusão de algumas regras que foram sinalizadas nas comunidades com placas de advertência (Fig. 3) ainda que não legitimadas, isto é, documentada/formalizada. As regras incluíram restrições de técnicas de capturas que fazem "o peixe fugir" de determinados pontos de pesca no rio. Mas, é importante afirmar que ao finalizar o processo de implementação do acordo de pesca, essas regras poderão sofrer alterações.

**Figura 3:** Placa de advertência regras dos Acordos de Pesca do rio Caeté (2021)



Fonte: SEMAP (2021)

1- Técnica de pesca em que os pescadores utilizam óculos, lanterna e fissa (vara de madeira pontiaguda).

A suspensão da pesca no rio Caeté também foi acordada durante os encontros, com período estipulado de três meses, que vai de novembro a fevereiro, anualmente, o objetivo é promover o aumento do estoque das espécies.

Na visão dos pescadores o uso intensivo das técnicas de pesca citadas na figura 3 reduz os estoques pesqueiros, prejudica os pontos de pesca, além de não levar em consideração o tamanho das espécies. Vejamos a fala do morador da comunidade Nova Mocajuba:

Aqui nós citamos alguns problemas, né... que aqui essa pescaria é uma pescaria predatória, bastante prejudicial tá. Temos aqui alguns problemas, como por exemplo, quem pesca com visor [óculos], ele usa...ele usa o que...pilhas. Essas pilhas são descartadas de forma errada, até mesmo jogada dentro do rio Caeté. Então, esse é um dos problemas, né? E... que... que isso acontece mais, afugenta o peixe, há diminuição da pesca, diminui a reprodução do peixe, existe muitos peixes feridos que às vezes a gente, a pessoa... é... visga [fisga] ele, ele foge, muitas vezes no outro dia a gente encontra peixe boiando no rio Caeté perfurado que é um... prejuízo muito grande, né? E é a pesca que mais traz gente de fora pra nossa comunidade, pois é... atrai muito muita gente de fora... de Bragança e de outra comunidade que não mora dentro do rio, vem, vem por causa dessa pesca aqui de zagaia. (Pescador e morador do polo Caeté II, Nova Mocajuba, 2020).

O morador ver no acordo de pesca um caminho para a conservação das espécies, pois, conforme Cardoso et al (2018), os acordos de pesca são estratégias de gestão dos recursos naturais, que oportuniza a sustentabilidade do produto extraído e da qualidade de vida da população.

Vale ressaltar que pelo menos dois fatores foram preponderantes na iniciativa de construção do acordo de pesca do rio Caeté: a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e os pescadores que vêm de fora. A ideia do primeiro fator está relacionada a usufruir dos recursos naturais de forma que não sejam esgotados, havendo garantia para as futuras gerações, ou seja, consumo consciente e manejo controlado. O Segundo diz respeito aos forasteiros que usam técnicas de pesca consideradas predatórias, ocasionando a sobrepesca. Esses fatores levaram os pescadores locais a controle do território e, conseqüentemente, esse controle do território leva a motivação de conflitos com moradores de fora das comunidades que não pertencem ao rio Caeté.

## A CONSTRUÇÃO DO ACORDO DE PESCA *VERSUS* CONFLITOS

Os pescadores das comunidades adjacentes ao rio Caeté afirmam que não há delimitação de acesso aos espaços, "o rio é de todos", entretanto, observou-se que existem conflitos entre diferentes grupos de usuários do rio. Nesse sentido, Medeiros (2009), aponta a lógica do espaço como, "o espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez é a condição para que o espaço se humanize" (p. 217). Assim, ao considerar o pressuposto da autora discorre que o território se constrói por múltiplas relações de poder, de pertencimento e de identificação.

As comunidades inseridas no acordo de pesca representam grupos sociais, cuja diversidade é expressa em forma de território, especificamente, de poder, controle, pertencimento e, de "apropriação" de recursos naturais. De modo, que os usuários do rio, os pescadores locais, os de fora, moradores das comunidades se detêm de poderes para estabelecer regras sobre como os recursos pesqueiros podem ser utilizados.

Vale ressaltar que para se chegar no momento de discussão sobre as regras do acordo de pesca, houve tensões, discordância de ideias, de posições políticas e de interesses intra e extragrúpicos, dos pescadores, dos comunitários, das igrejas e do poder público. Essas divergências geraram conflitos como: acesso restrito ao rio Caeté por parte dos moradores locais versus os de fora, proibição de alguns apetrechos de pesca, a ausência de fiscalização por parte dos agentes da SEMMA.

Algumas regras foram acordadas entre os pescadores das comunidades no ano de 2021, essas normas acordadas dizem respeito ao não uso de técnicas de pesca consideradas por eles como predatórias. Mesmo assim, muitos usuários do rio continuam usando técnica de pesca que desrespeita o meio ambiente. Como exemplo, os pescadores e comunitários acordaram um período de três meses para a desova das espécies no rio, que vai de novembro a fevereiro, também o não uso da técnica zagaia, entretanto, esse acordo não obteve

muito sucesso, não houve cumprimento da regra, principalmente por quem é de fora das comunidades.

Os comunitários decidiram pedir a Secretaria Municipal de Meio Ambiente que fiscalizasse ao menos uma vez por mês o rio no período da desova das espécies, de modo a notificar e “multar” os pescadores que estivessem infringindo as regras estabelecidas durante o período de construção do acordo de pesca. Esta ação acabou desencadeando novamente conflitos, tais como ameaças a líderes comunitários, aos pescadores e até a agentes públicos.

Outra ação de iniciativa dos moradores de tentar controlar a pesca no rio Caeté durante os três meses, diz respeito à fiscalização pelos próprios moradores das comunidades através do fechamento de portões que dar acesso ao rio, e que fica dentro de propriedades de muitos moradores das comunidades. A instalação de placas (fig. 4) proibindo a pesca com uso de técnicas consideradas predatórias também foi outra ação para controlar a sobrepesca no rio Caeté, mas o resultado dessas ações ocasionou conflitos entre pescadores locais e de fora das comunidades. Haja vista que muitos pescadores imaginavam estar sendo privados de ter acesso ao rio e aos recursos naturais que para eles é de direito.

Sobreiro e Freitas (2008), apontam que são quatro os tipos de conflitos mais comuns relacionados a pesca, a saber: controle e acesso aos recursos associados as comunidades que se apropriam dos espaços; a maneira como a pesca é manejada e controlada (falta de fiscalização); a relação entre os diferentes grupos de pescadores e; aos impactos econômicos, ambientais e políticos que afetam a pesca.

**Figura 4:** Instalação de placa com regras do acordo de pesca no polo Caeté I Comunidade do Almoço



**Fonte:** Tavares (2021)

A figura 4 mostra moradores e agentes públicos no momento de instalação da placa na comunidade do Almoço-polo I, o ponto de inserção da placa é uma passagem que dá acesso ao rio Caeté. A intenção da placa é advertir todos que usam o rio a não cometer prática de crime ambiental e não utilizar de técnicas de pesca consideradas predatórias (ver na figura 3). O objetivo é buscar manter o controle da pesca no Caeté. Sobre o avanço das ações e regras do acordo um morador da comunidade do Almoço narra a importância da construção do acordo de pesca:

A gente tá apoiando todo esse desempenho que vocês [os agentes públicos] venham fazendo, porque aqui estava sendo invadido, não era tanto pela comunidade, era o povo de fora, os outros, das comunidades vizinhas, aí estavam destruindo o rio...estava sendo explorado o rio...depois da reunião no Almoço [comunidade polo I] já vê muita diferença, acabou-se, acabou-se, não entrou mais ninguém, a diferença é muito grande. Esses poucos dias a gente já tá vendo, todo mundo, só fatura... (Morador do polo Caeté I, Almoço, 2020).

Segundo o morador, das poucas fiscalizações que houve no rio, por meio da SEMMA, elas já apresentaram resultados positivos com relação ao impedimento de entrada de pessoas de fora da região. A fiscalização também tem intuito de fazer com que o estoque pesqueiro tenha aumento, bem como garantir que as espécies ameaçadas voltem a habitar no rio. A narrativa do morador da comunidade do Almoço de impedir o acesso ao rio Caeté de pessoas de fora da comunidade remete a busca de afirmação do território local, isto é, a ideia da relação de poder afetivo e simbólico pelo território. Nesse sentido, ao se referir a território, Cruz (2007) o conceitua:

Assim, parte-se do princípio de que o território como mediação espacial das relações do

poder, em suas múltiplas escalas e dimensões, se define por um jogo ambivalente e contraditório entre desigualdades sociais e diferenças culturais, realizando-se de maneira concreta e simbólica, sendo, ao mesmo tempo, vivido, concebido e representado de maneira funcional e/ou expressiva pelos indivíduos ou grupos (p.101).

Ao considerar o pressuposto do autor, cada território se constrói por múltiplas relações de poder, ligadas a interesse econômico e político, de forma mais concreta, e também pode estar associado ao poder simbólico e cultural, de forma mais subjetiva. No caso dos pescadores do rio Caeté, estes concebem o território a partir do momento em que sua propriedade está inserida no rio, assim, adquirem o direito de pertencimento e, conseqüentemente de fiscal desses espaços, ou seja, o direito de poder sobre o território.

Na mesma linha de pensamento, Haesbaert (2004) faz um paralelo entre *território funcional* e *território simbólico*, o primeiro no sentido de dominação, de reapropriação dos espaços dominados pelo aparato estatal-empresarial ou completamente transformado em mercadoria, pautado na lógica do capitalismo. E o segundo está associado ao sentido de apropriação, é um processo muito mais simbólico, carregado de marcas do vivido, do valor de uso, pautado na prioridade e não na posse. Nessa lógica dos conflitos colocada por Haesbaert é que tentamos entender a dinâmica dos conflitos que acontecem no rio Caeté.

Cristiano de Paula (2020), também compactua com o pensamento de Haesbart, pois nessas condições existem “o conflito explícito entre lógicas de apropriação e domínio do espaço” (DE PAULA. p. 186, 2020), uma vez que fazendo uso da territorialidade o pescador tem como forma de controle o espaço e os recursos. O quadro a seguir expõe os conflitos identificados pelos pescadores e comunitários do rio Caeté.

**Quadro 3:** Conflitos identificados pelos pescadores e comunitários representado pelos quatro polos

Sujeitos envolvidos nos conflitos	Causa	Consequência
Pescadores locais versus outros Pescadores locais;	Invasão de territórios de pesca; Uso de tecnologia considerada predatória.	Agressões com perdas de territórios; Perdas de apetrechos de pesca.
Pescadores locais versus Pescadores de fora;	Desestruturação (desordem) de Territórios de Pesca; Uso de tecnologia considerada predatória.	Agressões e denúncias;
Pescadores locais versus órgãos de fiscalização (SEMMA, secretarias ambientais);	Falta de fiscalização ou fiscalização excessiva	Descumprimento das normas legais na região; Apreensão de instrumentos de pesca.
Pescadores locais versus fazendeiros (Agronegócio).	Mudança na pesca de rio para pesca de cativoiro	Desestruturação territorial da atividade pesqueira com desaparecimento ou readequação dos territórios de pesca; Desmatamento.

O quadro 3 mostra os tipos de conflitos observados e identificados pelos comunitários e pescadores nos quatro polos durante a construção do acordo de pesca.

Silva (2012) em seu estudo Geografia e Representação Espacial da Pesca na Amazônia Paraense identificou que os conflitos mais comuns nos territórios pesqueiros podem ocorrer de várias maneiras, a saber: de pescador com pescador, de pescador com comunidades ribeirinhas, de pesca artesanal com a pesca comercial, pela ação do Estado, ou pela sobreposição de apetrechos de pesca. Conforme identificado no quadro 3, os conflitos enumerados por Silva (2012) são conflitos percebidos também no rio Caeté e que estão inseridos dentro da dinâmica dos conflitos socioambientais. Little (2006), assenta que os “conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. (p.91). Isto é, numa interação múltipla social e natural.

## CONCLUSÕES PRELIMINARES

Mediante análise preliminar da construção do acordo de pesca no rio Caeté em Bragança, Pará percebeu-se que o acordo gerou impactos positivos e negativos. Os primeiros encontros de apresentação do projeto acordo de pesca foram de fundamental importância para ganhar confiabilidade entre os pescadores, comunitários, agentes do poder público e instituição de ensino para mostrar exemplo de manejo comunitário que se efetivou e deu certo.

As ferramentas metodológicas trabalhadas com os pescadores e comunitários em geral foram cruciais para a pesquisa e para o desencadeamento das problemáticas que surgiram de acordo com a realidade ambiental e/ou socioambiental que circunda a vida dos pescadores e das comunidades que usam o rio Caeté.

Com relação aos pescadores pode-se dizer a priori que os conflitos se dão mediante a prática pesqueira insustentável, isto é, exploração dos recursos aquáticos de modo predatório. Depreende-se ainda, que alguns resistem ao processo de construção do acordo de pesca, pois se negam a participar dos encontros. As reuniões geraram normas acordadas entre os pescadores e moradores das comunidades, que em parte são respeitadas pelos usuários do rio Caeté. Para os pescadores e comunitários que seguiram as regras perceberam que resultou positivamente, pois os relatos confirmam que já há reaparecimento de espécies no rio. O que se observa o alcance de um dos objetivos do projeto acordo de pesca do rio Caeté.

Por outro lado, também houve impactos negativos, visto que os usuários do rio ao descumprir regras agravam os conflitos. Ainda assim, é perceptível que o acordo de pesca é um relevante instrumento de normatização e gestão dos recursos naturais, pois ajuda na conservação das espécies, na educação ambiental dos participantes do processo, além de ajudar a pensar como consumidor consciente. Mesmo que as normas, ainda, não estejam documentadas legalmente, o acordo já apresenta caráter de monitoramento dos recursos pesqueiros por parte dos comunitários que usam o rio Caeté e se sentem no dever de exercer também o direito de ser fiscalizadores do projeto.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 264 p. 2016.
- AQUINO, Alzenilson Santos. **Acordos de Pesca como instrumento para gestão: Estudo de Caso nos Municípios de Boa Vista do Ramos e Parintins – Amazonas/Alzeilson Santos de Aquino – Manaus: [s.n.] 2018. Xi 55f: il (algumas color). Dissertação (Mestrado) --- INPA, Manaus, 2018.**
- CARDOSO, L.G; HAIMOVICI, M; PERES, M. B; SOUZA, C. A (2019). Cartilha: Medidas de manejo para espécies de peixes marinhos sobre exploradas no sul do Brasil. Ministério do meio Ambiente, Fundação Boticário de Proteção à Natureza. Relatório de projeto. 22 pp.
- CARDOSO, Marcelia. C.; Silva, Rubens. E.; Silva, Alessandra. D. B da.; Chiba, Helionora da S. A. Pescadores Artesanais, conflito de interesses e os recursos pesqueiros vistos como capital natural crítico: o caso do Lago do Juá em Santarém, Pará. *Rev. O Social em Questão – Ano XXI – nº 40 – jan a abr/2018*. Pg. 309-332.
- CHAVES, C. R. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara**.185f. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG/UFRJ. 2011.
- CRUZ, V.C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: Frederico Guilherme Bandeira Araújo; Rogério Haesbaert.. (Org). **Identidade e Territórios: questões e Olhares Contemporâneos...** 1 Ed. Rio de Janeiro RJ: ACCESS, 2007, v. 1, p.93-122.
- DE PAULA, C.Q. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Rev. NERA**. Presidente Prudente. V. 23, n. 51, pp. 180-204. Jan-Abr./2020. ISSN: 1806-6755.
- FARIA, A. A. C; NETO, P. S. F. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA/IEB, 2006.

- GIL, A. C. (2010). **Como elaborar projetos de pesquisa**/ Antonio Carlos Gil. – 5. ed. – São Paulo: Atlas. 2010.
- HAESBAERT, Rogério. DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS Á MULTITERRITORIALIDADE. *Porto Alegre, Setembro de 2004*.
- LAKATOS, E. M. (2003). **Fundamentos de metodologia científica**/ Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.
- LITTLE, Paul Elliot. Ecologia Política como Etnografia: Um Guia Teórico e Metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- MEDEIROS, R.M.V. Território, Espaço de Identidade. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**/ Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 1ª Edição, 2009.
- MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria de Souza Minayo (org.). 28.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- RODRIGUES, S. C. M; CUTRIM, A. Acordos de pesca como instituição social de governança de territórios pesqueiros: o caso de Limoeiro do Ajuru-PA/ Suzi Carolina Moraes Rodrigues, André Cutrim Carvalho. - - Belém, PA: Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia – GAPTA/UFPA, 2021.
- SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2016.
- SILVA, C. N da. Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia paraense. Belém: **GAPTA/UFPA**, 2012. v. 01. p. 186.
- SOBREIRO, T; FREITAS, C. E de. C. Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro. IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008. Brasília - DF – Brasil. Disponível em: <https://bdt.d.inpa.gov.br/handle/tede/1452>